

Mapfre Vida S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Mapfre Vida S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2026

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	6
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	12
Demonstrações de resultados.....	14
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	18
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 da Mapfre Vida S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos no semestre de 2026 totalizaram R\$ 423,1 milhões um aumento de R\$ 4,9 milhões ou 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sinistralidade

A sinistralidade foi de 51,9%, redução de 4,6 p.p. em relação ao primeiro semestre de 2025. Esse resultado reflete a continuidade das ações de saneamento do portfólio, com foco nos produtos que apresentam desempenho inferior ao esperado. Nas apólices coletivas de Vida em Grupo, especialmente dos segmentos de associações e empregado-empregador, são realizadas avaliações criteriosas durante os processos de renovação. Para os demais produtos, mantém-se a estratégia de descontinuação gradual (*run-off*) das carteiras com rentabilidade insatisfatória, aliada à migração dos segurados para produtos mais aderentes às diretrizes técnicas e comerciais da Seguradora.

Despesas administrativas

As despesas administrativas sobre o prêmio ganho em 2026 foram de 17,2%, acréscimo de 0,9 p.p. em relação ao ano anterior, decorrente do aumento em serviços terceiros.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 37,9 milhões no semestre, crescimento de 7,2% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do maior rendimento das aplicações influenciado pelo aumento da taxa SELIC no período.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no semestre de 2026, foi de 95,0%, redução de 1,7 p.p. em relação aos 96,7% do semestre de 2025. Esta variação decorre, principalmente devido à redução da sinistralidade reflexo do saneamento de portfólio de produtos e canais deficitários.

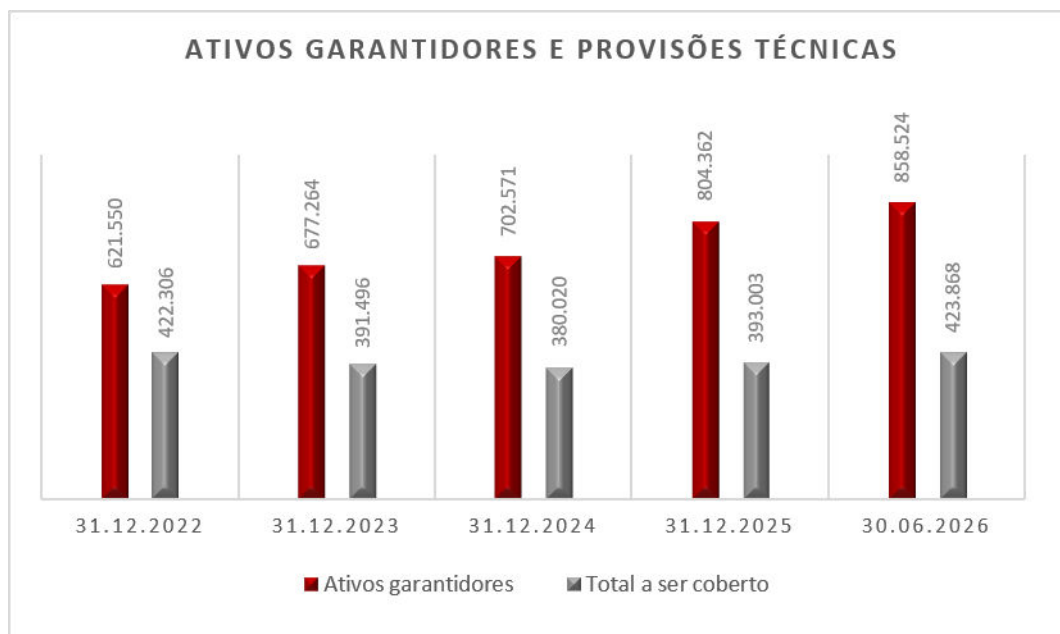
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no semestre de 2026 foi de 84,5%, redução de 2,8 p.p. em relação aos 87,3% do semestre anterior.

Resultado do semestre

O resultado totalizou no semestre de 2026 um lucro de R\$ 32,2 milhões, aumento de R\$ 5,9 milhões, em relação ao semestre de 2025, em decorrência da melhora na sinistralidade.

Declaração de capacidade financeira

A Mapfre Vida S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da Mapfre Vida S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Mapfre e orienta a forma como a Seguradora gera valor para a sociedade, impulsionando negócios mais perenes e responsáveis. Por meio de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade, a Mapfre promove iniciativas que integram, de forma contínua, os compromissos de sustentabilidade às suas operações, produtos e parcerias.

Com o objetivo de incorporar os aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) ao negócio, a Mapfre desenvolveu o projeto Corretor Sustentável, uma iniciativa pioneira voltada ao engajamento dos corretores de seguros em sua jornada de sustentabilidade. O projeto foi criado para incentivar a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia dos parceiros comerciais, reconhecendo o papel estratégico dos corretores como agentes de transformação junto aos clientes e às comunidades onde atuam.

Nesse contexto, a Mapfre também prioriza o desenvolvimento de seguros inclusivos como parte de sua estratégia de negócios. O objetivo é contribuir para a ampliação do acesso à proteção financeira por diferentes perfis da população. Esses produtos buscam atender às necessidades específicas de grupos que enfrentam maiores barreiras de acesso ao mercado segurador, promovendo inclusão, acessibilidade securitária e maior resiliência financeira diante de imprevistos.

Por meio dessas iniciativas, a Mapfre reafirma seu compromisso de gerar impacto positivo para a sociedade, contribuindo para um setor de seguros mais acessível, resiliente, responsável e alinhado aos desafios do desenvolvimento sustentável."

FUNDACIÓN Mapfre

A Fundación Mapfre atua no Brasil com o objetivo de promover qualidade de vida e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas estruturadas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária,

Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Sua atuação é fortalecida por parcerias com órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa, Secretarias de Educação, Prefeituras, Departamentos Estaduais de Trânsito e instituições estratégicas, permitindo ampliar o alcance dos programas e adaptar as ações às necessidades de diferentes territórios.

No primeiro semestre de 2026, mais de 285 mil pessoas foram beneficiadas pelas iniciativas realizadas no país. Entre os principais destaques do período, estão a expansão dos programas educativos, o avanço de estudos e pesquisas em parceria com instituições de referência, a promoção da educação financeira e securitária entre jovens, o apoio a projetos sociais e a valorização de iniciativas de inovação social com potencial de impacto.

Controles internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processos.

Compliance

O GRUPO Mapfre, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

Mapfre Vida S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mapfre Vida S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Vida S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de

nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR, PPNG-RVNE e PET) e da realização do teste de adequação de passivos (TAP)	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Seguradora mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3(k), 3(l), 18, 19 e 21. Para mensurar o teste de adequação de passivos (TAP) e certas provisões técnicas de seguros tais como: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de despesa relacionada (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) e Provisão de Excedente Técnico (PET), a Seguradora utiliza de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto, tábua de mortalidade e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros citadas e a realização do teste de adequação de passivos (TAP), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas, e ao impacto que eventual alteração das premissas e metodologia utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras intermediárias.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR, PPNG-RVNE e PET); (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto, tábua de mortalidade, e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR, IBNeR, PDR e PPNG-RVNE) e na realização do teste de adequação de passivos (TAP); - no recálculo independente, por amostragem, e na determinação de estimativa das provisões (IBNeR, IBNR, PDR e PPNG-RVNE) incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR e PPNG-RVNE) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e - na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) por meio da razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base.

	(iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; (v) recálculo da provisão de excedente técnico, com base em amostragem, considerando as informações contratuais aplicáveis, tais como percentuais de excedente técnico, despesas administrativas, comissão, entre outros, bem como inspeção da documentação suporte relativa ao resultado técnico dos respectivos contratos; e (vi) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.
--	--

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, divulgadas nas notas explicativas 3(q) e 25(b), cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros. Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários; (ii) obtenção da análise de monitoramento da realização dos créditos tributários para a data-base 30 de junho de 2026 elaborado pela Administração; (iii) comparação entre a expectativa de realização dos créditos tributários constante no estudo anterior; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuro.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras e intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Carolina Maciel Messias dos Santos

Contadora CRC 1SP246031/O-8

Mapfre Vida S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		917.842	428.512
Disponível	5	4.156	45
Caixa e bancos		4.156	45
Equivalentes de caixa	5	589	3.155
Aplicações	6	700.680	257.871
Créditos das operações com seguros e resseguros		151.485	117.620
Prêmios a receber	7	120.793	98.826
Operações com seguradoras	8	19.918	13.538
Operações com resseguradoras	9a	10.774	5.256
Outros créditos operacionais		5.813	4.031
Ativos de resseguro	9a	8.674	8.384
Títulos e créditos a receber		34.213	27.468
Títulos e créditos a receber		22.368	16.641
Créditos tributários e previdenciários	25b	8.943	8.617
Outros créditos		2.902	2.210
Despesas antecipadas		646	103
Custos de aquisição diferidos	10	11.586	9.835
Seguros		11.586	9.835
Ativo não circulante		381.050	790.097
Realizável a longo prazo		348.930	753.908
Aplicações	6	157.844	546.491
Créditos das operações com seguros e resseguros		486	660
Prêmios a receber	7	486	660
Ativos de resseguro	9a	3.102	2.988
Títulos e créditos a receber		181.438	196.140
Créditos tributários e previdenciários	25b	179.160	190.912
Depósitos judiciais e fiscais	22a	2.278	5.228
Custos de aquisição diferidos	10	6.060	7.629
Seguros		6.060	7.629
Investimentos		930	902
Participações societárias		715	687
Imóveis destinados a renda		215	215
Imobilizado	11	748	835
Bens móveis		748	835
Intangível	12	30.442	34.452
Outros intangíveis		30.442	34.452
Total do ativo		1.298.892	1.218.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Vida S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		399.394	362.976
Contas a pagar		28.392	49.749
Obrigações a pagar	13	11.240	35.909
Impostos e encargos sociais a recolher		3.544	4.112
Encargos trabalhistas		9.348	6.519
Impostos e contribuições	14	4.260	3.209
Débitos de operações com seguros e resseguros		71.341	64.672
Operações com seguradoras		20.529	20.515
Operações com resseguradoras	9b	16.615	9.437
Corretores de seguros e resseguros	15	16.608	16.822
Outros débitos operacionais	16	17.589	17.898
Depósitos de terceiros	17	10.713	7.056
Provisões técnicas – seguros	18	288.948	241.499
Danos		14	38
Pessoas		249.614	218.865
Vida Individual		39.320	22.596
Passivo não circulante		208.869	204.524
Provisões técnicas – seguros	18	197.272	196.789
Pessoas		183.855	186.805
Vida Individual		13.417	9.984
Outros débitos	22	11.597	7.735
Provisões judiciais		11.597	7.735
Patrimônio líquido	23	690.629	651.109
Capital social	23a	505.166	505.166
Reservas de lucros	23b/c	161.780	161.780
Ajustes de avaliação patrimonial	23d	(8.551)	(15.837)
Lucros acumulados		32.234	-
Total do passivo e patrimônio líquido		1.298.892	1.218.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Vida S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Resultado	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos	24b	423.111	418.185
Variações das provisões técnicas de prêmios	24c	(60.587)	(41.091)
Prêmios ganhos	24a	362.524	377.094
Sinistros ocorridos	24d	(188.207)	(213.296)
Custos de aquisição	24e	(71.094)	(72.076)
Outras receitas e despesas operacionais	24f	(8.127)	(6.424)
Resultado com resseguro	24g	(5.328)	(1.448)
Receita com resseguro		15.859	16.696
Despesas com resseguro		(21.187)	(18.144)
Despesas administrativas	24h	(62.181)	(61.299)
Despesas com tributos	24i	(9.358)	(9.993)
Resultado financeiro	24j	37.938	35.374
Resultado patrimonial		27	33
Resultado operacional		56.194	47.965
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		153	-
Resultado antes dos impostos e participações		56.347	47.965
Imposto de renda	25a	(13.739)	(11.441)
Contribuição social	25a	(8.224)	(6.941)
Participações sobre o resultado		(2.150)	(3.202)
Lucro líquido do semestre		32.234	26.381
Quantidade de ações	23a	55.471.444	55.471.444
Lucro líquido por ação em reais		0,58	0,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Vida S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre		32.234	26.381
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		7.286	17.255
Variação no valor justo dos ativos financeiros	6e	12.112	28.688
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		32	70
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre outros resultados abrangentes	25b	(4.858)	(11.503)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos		39.520	43.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Vida S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2025		505.166	8.214	108.113	(41.283)	-	580.210
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	23d	-	-	-	17.213	-	17.213
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	42	-	42
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	26.381	26.381
Saldo em 30 de junho de 2025		505.166	8.214	108.113	(24.028)	26.381	623.846
Saldo em 1º de janeiro de 2026		505.166	11.195	150.585	(15.837)	-	651.109
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	23d	-	-	-	7.267	-	7.267
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	19	-	19
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	32.234	32.234
Saldo em 30 de junho de 2026		505.166	11.195	150.585	(8.551)	32.234	690.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Vida S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		32.234	26.381
Ajustes para:		242.781	244.664
Depreciação e amortização	11/12	5.113	5.234
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	24	(2.603)	1.533
Custos de aquisição diferidos	10	(182)	227
Variações das provisões técnicas	18	246.788	248.387
Variação das provisões técnicas de resseguro	18	(18.051)	(17.314)
Tributos diferidos		7.312	6.978
Variação das provisões judiciais	22	4.432	(353)
Ganho na alienação de imobilizado		(153)	-
Outros ajustes		125	(28)
Variação nas contas patrimoniais:		(244.371)	(244.933)
Aplicações		(42.050)	(29.623)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(28.603)	(34.671)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	18	17.647	14.724
Créditos tributários e previdenciários		(744)	823
Despesas antecipadas		(543)	(237)
Outros ativos		(8.211)	786
Depósitos judiciais e fiscais		2.950	503
Impostos e contribuições		14.976	11.262
Obrigações a pagar		(10.511)	(5.255)
Débitos de operações com seguros e resseguros		4.226	10.927
Depósitos de terceiros		3.657	643
Provisões técnicas – seguros	18	(198.856)	(216.337)
Provisões judiciais	22	(570)	(382)
Outros passivos		2.261	1.904
Caixa gerado pelas operações		30.644	26.112
Imposto de renda pago		(8.415)	(5.306)
Contribuição social sobre o lucro líquido paga		(5.510)	(3.867)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		16.719	16.939
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamento pela compra:		(1.016)	(3.549)
Intangível	12	(1.016)	(3.549)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.016)	(3.549)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	23e	(14.158)	(13.942)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(14.158)	(13.942)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.545	(552)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	3.200	1.681
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	4.745	1.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

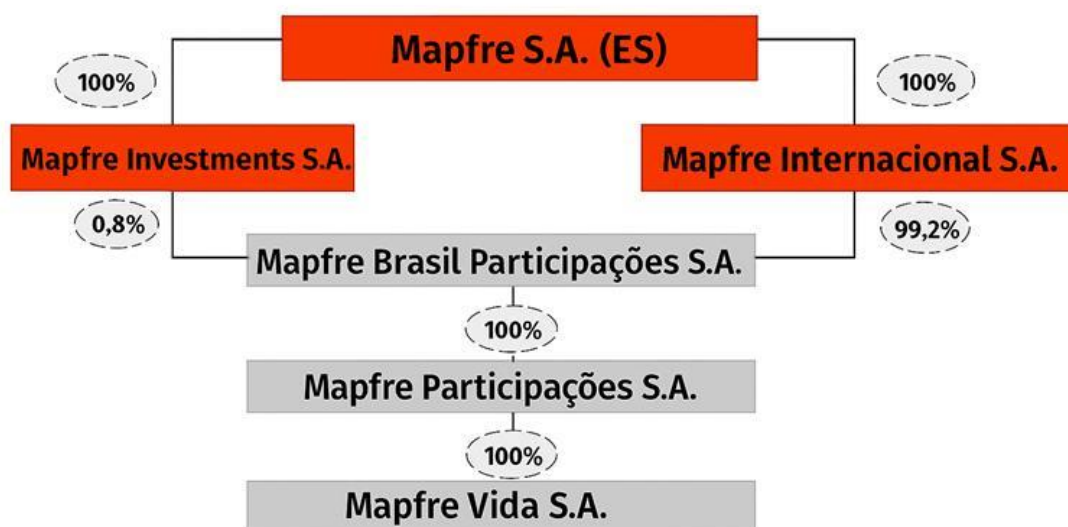
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mapfre Vida S.A., doravante designada por “Seguradora”, é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em seguros e cosseguros nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e cadastrada no CNPJ nº 54.484.753/0001-49.

A Seguradora é integrante do GRUPO Mapfre, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Seguradora é a Mapfre Participações S.A., e o controlador em última instância é a Mapfre S.A. (ES).

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO Mapfre, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO Mapfre.

Em 30 de junho de 2026, o GRUPO Mapfre apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2026.

b) Continuidade

A Administração considera que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, as revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 3g – Classificação dos contratos de seguro: com base na avaliação da transferência significativa de risco de seguro para fins de classificação contábil;
- Notas 3k, 18, 19 e 21 – Provisões técnicas: cuja mensuração requer a utilização de premissas atuariais e estimativas relacionadas aos fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro;
- Nota 3l – Teste de adequação dos passivos (TAP): requer julgamento na definição das premissas utilizadas para avaliar a suficiência dos passivos registrados em relação aos fluxos de caixa futuros estimados.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da demonstração financeira intermediária, que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- Notas 18, 19 e 21 – Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos.
- Nota 6 – Aplicações financeiras: requer a utilização de técnicas de avaliação e premissas de mercado para instrumentos financeiros sem preços observáveis em mercados ativos;
- Nota 18, 19 e 21 – Provisões técnicas: cuja mensuração requer a utilização de premissas atuariais e estimativas relacionadas aos fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro;
- Nota 22 – Provisões judiciais: cuja mensuração requer julgamento quanto à probabilidade de perda e à estimativa dos desembolsos necessários para a liquidação das respectivas obrigações;
- Nota 25b – Imposto de renda e contribuição social diferidos: relacionada à recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, com base em projeções de resultados tributáveis futuros.

e) Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e no passivo circulantes, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou no passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou no passivo não circulantes.

f) Novas normas e interpretações adotadas

- **Lei nº 15.040 de 10 de dezembro de 2024 – Lei do contrato de seguros**

Com a entrada em vigor da Lei nº 15.040/2024 em 11 de dezembro de 2025, a Seguradora passou a aplicar as novas regras aos contratos de seguro emitidos a partir dessa data, não tendo sido identificados, até 30 de junho de 2026, impactos relevantes que demandassem reconhecimento ou mensuração contábil adicional em decorrência da nova legislação.

- **OCPC 10 - Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de Emissão (Allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)**

Esta orientação tem por objetivo tratar dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). Tais eventos econômicos estão comumente ligados à origem, negociação ou aposentadoria desses ativos, bem como situações que possam dar origem a eventuais passivos associados à participação de entidades nesses mercados, decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. Os requerimentos desta Orientação foram elaborados tomando como base a dinâmica, estrutura e funcionamento do mercado de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). Contudo, conforme previsto no item 11(a) do CPC 23, tais requerimentos devem ser consultados e podem ser

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

considerados como referência na contabilização de outros tipos de créditos ambientais, quer sejam em mercado voluntário ou compulsório (quando instituído), desde que a substância econômica dos eventos relacionados seja similar aos aqui descritos.

Adicionalmente às diretrizes da OCPC 10, destaca-se que o art. 56 da Lei nº 15.042/2024, o qual instituiu a obrigação de alocação de parte das reservas técnicas do setor em créditos de carbono, foi questionado judicialmente pela CNSeg por meio da ADI 7795. O processo teve seu julgamento definitivo encerrado em 29 de maio de 2026, com voto unânime do Plenário do Supremo Tribunal Federal declarando a inconstitucionalidade total da referida obrigação por violação aos princípios da livre iniciativa e da isonomia econômica. Diante do desfecho da tramitação judicial – favorável ao mercado segurador – a Seguradora não efetuou aportes nessa classe de ativos.

g) Novas normas e interpretações, ainda não adotadas

• Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, estabelece a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da extinção do IOF incidente sobre operações de seguros. A nova sistemática tributária adota o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, fundamentado nos princípios da ampla base de incidência, da não cumulatividade, da transparência e da tributação no destino.

A apuração da CBS e do IBS será realizada com base nas informações constantes dos documentos fiscais eletrônicos, observadas as disposições aplicáveis ao regime geral e ao regime específico das atividades financeiras e securitárias, conforme previsto na nova sistemática tributária.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela publicação da primeira versão dos regulamentos da CBS e do IBS. Nesse contexto, a Seguradora realizou o mapeamento dos principais impactos da Reforma Tributária do Consumo nos âmbitos tecnológico, operacional, fiscal, contábil e de obrigações acessórias, promovendo discussões internas e iniciativas preparatórias para a adequação ao novo modelo. No segundo semestre de 2026, os esforços estarão concentrados no detalhamento e na implementação das adaptações necessárias, em paralelo à evolução das discussões de mercado e ao processo de consolidação da regulamentação da CBS e do IBS.

Até 30 de junho de 2026, os efeitos decorrentes desses eventos não são passíveis de reconhecimento ou mensuração contábil na presente demonstração financeira intermediária, permanecendo a Seguradora em acompanhamento contínuo da evolução da regulamentação aplicável.

• PIS/COFINS Diferido

Em decorrência da Reforma Tributária sobre o Consumo, que prevê, a partir de 2027, para as empresas sujeitas ao regime específico das atividades financeiras, a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Seguradora avaliou os impactos relacionados aos créditos tributários de PIS e COFINS sobre PSL e IBNR decorrentes de diferenças temporárias.

Com base nessa avaliação, a Seguradora estima que mais de 60% desses créditos será realizado até o final de 2026, enquanto o saldo remanescente será revertido para

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

constituição dos saldos diferidos de acordo com a nova sistemática tributária. Os impactos relacionados foram mensurados sem impactos significativos para a presente demonstração financeira intermediária e está baseado com fundamento em Legal Opinion obtida junto à Confederação representativa do setor.

A Seguradora permanece acompanhando a evolução da regulamentação aplicável e os eventuais desdobramentos das regras de transição previstas na Reforma Tributária.

• **CPC 51- Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis**

CPC 51 - IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (correspondente, no Brasil, ao CPC 26 – *Apresentação das Demonstrações Contábeis*).

O novo pronunciamento introduz três principais mudanças: (i) a exigência de classificação das receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado — operacional, investimento e financiamento —, com a apresentação de subtotais obrigatórios, entre eles o "resultado operacional" e o "resultado antes das despesas financeiras e dos tributos sobre o lucro"; (ii) a exigência de divulgação, em nota explicativa específica, das medidas de desempenho definidas pela administração (*management-defined performance measures*), incluindo sua reconciliação com os subtotais requeridos pelas normas contábeis; e (iii) o aprimoramento dos princípios de agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis e em notas explicativas.

O CPC 51 - IFRS 18 tem vigência obrigatória para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP, órgão do qual depende sua aplicabilidade obrigatória às sociedades seguradoras.

A Administração registra que não pretende implementar a recomendação para fins de atendimento regulatório das demonstrações financeiras da Seguradora, uma vez que não identifica exigência normativa específica nesse sentido. Não obstante, realizará uma avaliação dos potenciais impactos da matéria no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas das entidades das quais participa, considerando os requisitos de reporte e divulgação aplicáveis.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

• Mensuração e classificação

São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante à avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*.

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos.

i. Mensuradas a custo amortizado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (*SPPI - Solely Payment of Principal and Interest*).

ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("*impairment*").

iii. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*, são classificados como VJR.

• Determinação do valor justo

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Para ativos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço, o valor justo é determinado com base no preço de mercado cotado ou na cotação de balcão correspondente (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem qualquer dedução de custos de transação.

Quando não há preço de mercado disponível para determinado instrumento financeiro, o valor justo é estimado pelo custodiante por meio de técnicas de avaliação amplamente aceitas no mercado financeiro, considerando as características específicas do instrumento e refletindo adequadamente os diversos riscos a que está exposto.

Entre os principais métodos de valoração, destacam-se: modelo de fluxo de caixa descontado; comparação com instrumentos financeiros similares negociados em mercados com preços observáveis; modelos de precificação de opções; modelos baseados em risco de crédito; e outras metodologias reconhecidas de avaliação.

i. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro.

O *déficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato, de acordo com a metodologia ECL considerando as variáveis como "*Recovery Rate*", "*Loss Given Default*" e "*Probability Default*".

A calibração de probabilidades de inadimplência é com base na agência Bloomberg para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros, representados por títulos públicos, onde apresentam um baixo risco de perdas a carteira da Seguradora.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Seguradora utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)* das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

ii. Operações de seguros e resseguros

Conforme exigido na Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, e alterações, a Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de prêmios a receber mediante estudo interno. O estudo técnico considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, segregados entre tipo de contrato (direto ou cosseguro aceito), por vigência do risco (vigente ou decorrido), por faixas de vencimento e agrupamentos de ramos similares de prêmios a receber.

A Redução ao Valor Recuperável é reconhecida sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões líquidas de custos de aquisição diferida - CAD, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e IOF.

O montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber pela sociedade seguradora, sendo que a metodologia trata tanto as parcelas vencidas quanto as parcelas vincendas, seja de clientes adimplentes ou devedores em atraso.

A Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável (RVR) de ativos cuja contraparte são resseguradores mediante estudo interno. O estudo técnico considera a estimativa da necessidade da redução ao valor recuperável (RVR) a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPNG, ativo de resseguro de sinistros e créditos com resseguradores a recuperar), com base no histórico de no mínimo 5 (cinco) anos de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de perda em função do rating da contraparte.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, a cada data de reporte dos balanços de junho e dezembro, e ainda, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

d) Investimentos

Os investimentos são compostos por participações societárias da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT S.A.

A Seguradora possui imóvel classificado como propriedade para investimento, mensurado pelo custo histórico de aquisição com base na vida útil estimada. O imóvel permaneceu vago durante o exercício e, portanto, não gerou receitas de aluguel no semestre. As despesas operacionais diretamente atribuíveis ao imóvel totalizaram R\$ 25 (R\$ 24 em junho de 2025), compreendendo principalmente IPTU, condomínio e manutenção.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

e) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo registrado contabilmente pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, por reduzido pela depreciação acumulada e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11.

f) Intangível

Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12.

g) Classificação dos contratos de seguro

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando há risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

h) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base “*pro rata-die*” ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

i) Resseguro

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Na operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excessivo e cede a um ressegurador uma parte ou toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, junto a terceiros, o que contribui para a segurança do mercado.

Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade “proporcional” são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo apropriadas no resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade “não-proporcional” são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade “proporcional” e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade “não proporcional”.

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c *ii*.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

j) Custos de aquisição diferidos

São compostos substancialmente por valores referentes às comissões e aos agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

k) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 (vinte e quatro) meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, resultante da diferença positiva entre receitas e despesas, conforme nota técnica atuarial e regra contratual da apólice que possui a previsão de distribuição de excedentes.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, incluindo atualizações monetárias e juros. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais.

O ajuste de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência, conforme nota técnica atuarial.

A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o método do desenvolvimento das despesas pagas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro, conforme nota técnica atuarial.

I) Teste de adequação dos passivos - TAP

A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações e Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, cancelamento, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro.

Para a projeção dos fluxos dos ativos de resseguro de sinistros já conhecidos, consideramos a melhor estimativa dos sinistros finais recuperados, calculados a partir do triângulo de *run-off*, para os Demais ativos de resseguro, foi considerado o percentual observado de cessão, compreendidos até os últimos 36 (trinta e seis) meses de análise.

Para avaliação do Teste de Adequação de Passivos, optou-se por agrupar os riscos expostos de acordo com as similaridades dos grupos de contratos em seus respectivos ramos.

Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixas, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 (cinco) anos de análise por grupos de contratos. O resultado das principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	ETTJ SUSEP: Livre de Risco pré-fixada e Cupons de IPCA.
Taxa de juros contratada para passivos	Obrigações não indexadas.
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA e PRÉ.
Sinistralidade (Consolidada)	60,73%
Despesas administrativas	9,47%
Comissão de prêmio futuro	6,17%

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data base. Conforme resultado segregado por grupos de contratos líquido de resseguro:

Grupos de contratos	Resultado TAP (PPNG)	
	Registrados	Não registrados
Vida	2.494	16.545
Vida Individual	25.660	9.898
PCC contabilizada	-	-

m) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação.

As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

n) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela Mapfre Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa, calculados e provisionados no valor de R\$ 32 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2025).

iv. Plano de Incentivo de Médio Prazo do GRUPO Mapfre

A Seguradora participa do Plano de Incentivo de Médio Prazo do GRUPO Mapfre, administrado pela Mapfre S.A. (ES) e destinado a determinados executivos e

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

profissionais-chave. O Plano contempla componentes em espécie e componentes vinculados a ações da controladora, condicionados ao cumprimento de requisitos de permanência e desempenho ao longo de ciclo plurianual de três anos. Os participantes recebem inicialmente unidades representativas do incentivo, cuja liquidação ocorre de acordo com as condições previstas no regulamento do Plano.

Os custos relacionados ao componente baseado em ações atribuível aos participantes vinculados à Seguradora são posteriormente repercutidos pela Mapfre S.A. (ES) mediante faturamento específico. Em razão dessa sistemática, esse componente do Plano é contabilizado pela Seguradora como pagamento baseado em ações liquidado em caixa (*cash-settled*), em conformidade com o CPC 10 (R1).

A obrigação relacionada ao Plano é revisada periodicamente com base nas estimativas de atingimento das condições de desempenho e permanência dos participantes elegíveis. Para fins de reconhecimento contábil, a Seguradora utiliza as informações e estimativas fornecidas pela MAPFRE S.A. (ES), Administradora do Plano, refletindo a melhor estimativa da obrigação na data de reporte.

o) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem substancialmente as receitas e as despesas com apólices e contratos de seguros.

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e que estão reconhecidos no resultado.

q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O tributo diferido corresponde às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, bases tributárias negativas e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos.

Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos tributários correntes, que se relacionam a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

r) Participações nos lucros

A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamentos referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO Mapfre, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da Mapfre estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO Mapfre Brasil incluídas empresas do conglomerado como a Mapfre RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

- a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.
- c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no GRUPO Mapfre Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “*Value at Risk - VaR*”, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com os seguintes Órgãos de Governança:

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração, deliberação e supervisão das atividades no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governança do Grupo. Ao Conselho de Administração compete aprovar os objetivos gerais do negócio, os planos estratégicos para alcançá-los, bem como seus orçamentos anuais e planos de investimentos, as políticas e diretrizes gerais, sempre visando os melhores interesses do Grupo Mapfre e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;
- **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras intermediárias, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Riscos:** o Comitê de Riscos é um órgão colegiado, de natureza permanente e caráter consultivo, vinculado à Diretoria da Mapfre Seguros Gerais S.A., na supervisão e gestão dos riscos relevantes que possam afetar o conglomerado supervisionado, em conformidade com a Resolução CNSP nº 467/2024 de 25 de abril de 2024 e demais normativos internos. Sua finalidade é apoiar à Diretoria no desempenho das atribuições relativas à gestão de riscos da Mapfre.
- **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Mapfre S.A.;
- **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da Mapfre Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO Mapfre. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e, além de assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO Mapfre; e
- **Comitê de Fraudes e Conduta Ética:** é um órgão permanente e deliberativo que assegura decisões imparciais e alinhadas aos princípios de legalidade, isonomia, impessoalidade, boa-fé e julgamento objetivo. Seu objetivo é avaliar, direcionar e controlar casos de fraude interna ou externa, bem como supervisionar a aplicação do Código Ético e de Conduta por meio de relatos recebidos. Além disso, coordena ações do Programa de Prevenção e define sanções ou medidas disciplinares conforme relatórios de investigação das áreas competentes.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e, conseqüentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras, que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela de os riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	30/06/2026				30/06/2025			
	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)		Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)	
Centro Oeste	146.092	34%	145.982	36%	139.150	33%	139.150	35%

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Nordeste	19.772	5%	19.631	5%	20.426	5%	20.426	5%
Norte	2.229	1%	2.217	1%	1.983	1%	1.983	1%
Sudeste	217.287	51%	195.685	49%	215.162	51%	196.777	49%
Sul	38.033	9%	36.578	9%	41.673	10%	40.044	10%
Total	423.413	100%	400.093	100%	418.394	100%	398.380	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ (302) (R\$ (209) em 30 de junho de 2025).

(**) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5) (R\$ 373 em 30 de junho de 2025).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem as operações de seguros, foram consideradas na análise; os impactos são considerados brutos e líquidos de resseguro.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

- Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da empresa, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento do desvio médio da sinistralidade observada.
- Despesas administrativas:** Simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da empresa, esse percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da seguradora.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco		30/06/2026		30/06/2025	
		Impacto no resultado/Patrimônio líquido (bruto de impostos)		Impacto no resultado/Patrimônio líquido (bruto de impostos)	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(40.781)	(38.314)	(48.016)	(45.233)
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(12.544)	(12.544)	(10.219)	(10.219)

Risco de crédito

É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro e resseguro

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos.

Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admitida Mapfre RE *Compañia de Reaseguros* S.A. foi considerado o *rating* da Mapfre RE *Compañia de Reaseguros* S.A.

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	30/06/2026				30/06/2025			
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A+	-	-	7.105	7.105	9.225	4.130	6.659	20.014
A	11.243	4.972	-	16.215	-	-	-	-
Total	11.243	4.972	7.105	23.320	9.225	4.130	6.659	20.014

(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ (5) (R\$ 373 em 30 de junho de 2025).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*.

Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.

As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna.

Gerenciamento do risco de crédito

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela Mapfre Investimentos Ltda., empresa do GRUPO Mapfre, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor's, Fitch Ratings*, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	30/06/2026			31/12/2025		
	AAA	Sem rating	Total	AAA	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	858.604	-	858.604	804.414	-	804.414
Caixa/contas a pagar/receber	-	(80)	(80)	-	(52)	(52)
Total	858.604	(80)	858.524	804.414	(52)	804.362

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 50.983 (R\$ 71.008 em 31 de dezembro de 2025) com lastro em títulos públicos.

A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e, também, para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

A Seguradora baixa um ativo financeiro, total ou parcialmente, quando conclui que não existe expectativa razoável de recuperação, em conformidade com o CPC 48. Essa expectativa é considerada inexistente quando, de forma isolada ou combinada, ocorrerem, entre outros, os seguintes eventos:

- Rebaixamento do rating de crédito para níveis considerados de alto risco ou *default*, de acordo com a política interna da Seguradora;
- Indícios objetivos de insolvência, liquidação, falência, intervenção regulatória ou recuperação judicial;
- Inadimplência prolongada sem perspectiva de regularização;
- Avaliação econômico-financeira que indique que os custos de recuperação superam os benefícios esperados.

A baixa é efetuada independentemente da existência de ações formais de cobrança ou medidas legais em andamento, uma vez que o *write-off* representa o reconhecimento contábil de que o ativo não é mais recuperável, e não implica perdão da obrigação contratual.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto à incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos quanto às dificuldades na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar obrigações. A Seguradora possui política específica que estabelece índices

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

mínimos de liquidez requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente aos órgãos de governança o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Seguradora acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Nível - Risco de liquidez		
>= 100%	Cumprimento total	
< 100% - 90%	Zona verde	
< 90% - 30%	Zona amarela	
< 30%	Zona vermelha	
	30/06/2026	31/12/2025
Total a ser coberto (nota 20) (a)	423.868	393.003
Ativos garantidores (nota 20) (b)	858.524	804.362
 Fator de risco de liquidez (c)	8,00%	8,00%
 Risco de liquidez (d)=(a)*(c)	33.910	31.440
Zona verde	3.391	3.144
Zona amarela	20.346	18.864
Zona vermelha	10.173	9.432
 Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	457.778	424.443
 Índice de liquidez (b)/(e)	1,88	1,90
 Suficiência (b)-(e)	400.746	379.919
Classificação do nível de liquidez	Cumprimento total	Cumprimento total

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas levando-se em consideração as características do papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado por meio de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto.

Não obstante da Seguradora apresentar aparente liquidez negativa na distribuição da faixa do fluxo acima de 5 (cinco) anos que, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	688.226	260.994	245.050	240.148
Fluxo de 1 a 5 anos	292.799	208.516	659.049	215.905
Fluxo acima de 5 anos	18.824	144.476	7.359	115.202
Total	999.849	613.986	911.458	571.255

(*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras, prêmios a receber de parcelas não vencidas e operações com resseguradores. As aplicações classificadas nas categorias valor justo por meio do

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

resultado e valor justo por outros resultados abrangentes, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora.

(**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas bruto de resseguro, e os débitos das operações com seguros.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Mapfre Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Seguradora, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 906 (543 em 31 de dezembro de 2025) frente a uma carteira de R\$ 858.524 (R\$ 804.362 em 31 de dezembro de 2025) contemplando as carteiras administradas e os fundos a valor justo.

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado é de 1 ano (1 em 31 de dezembro de 2025) está de acordo com as diretrizes do GRUPO Mapfre, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade a taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os títulos indexados ao fator de risco da taxa de juros em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 858.524 (R\$ 804.362 em 31 de dezembro de 2025), incluindo operações compromissadas.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	31/12/2025
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)
Fator de risco		
Taxa de juros e cupons		
a) Elevação de taxas	(6.692)	(6.641)
b) Redução de taxas	6.857	6.793

Parâmetro: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se reflete na avaliação de *Compliance* realizado para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da Seguradora que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Com a publicação da Resolução CNSP nº 467/2024, de 25 de abril de 2024, as entidades devem implementar e manter Estrutura de Gestão de Riscos - EGR que considere, como mínimo, o foco nos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

Consideramos também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

- Cibernético;
- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e de Governança.

Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderão incluir a venda de investimentos e, a mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora.

A Seguradora tem o capital de risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco – CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido (a)	690.629	651.109
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(715)	(687)
Despesas antecipadas	(646)	(103)
Créditos tributários - prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido	(140.667)	(147.067)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(4.737)	(9.935)
Ativos intangíveis	(30.442)	(34.452)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(11.624)	(11.820)
1. Ajustes contábeis (b)	(188.831)	(204.064)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	449	338
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	16.893	9.793
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	17.342	10.131

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

PLA - Nível I (*)	475.914	421.225
PLA - Nível II	17.341	10.132
PLA - Nível III	25.885	25.819
Subtotal PLA - Nível (d)	519.140	457.176
Limitador CMR - PLA Nível I	475.914	421.225
Limitador CMR - PLA Nível II	17.341	10.132
Limitador CMR - PLA Nível III	25.670	25.604
Subtotal PLA - Limitador (e)	518.925	456.961
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível II e PLA de Nível III (f = e - d)	(215)	(215)
4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis + ajustes econômicos + ajustes do excesso de nível II e III (g = a+b+c+f)	518.925	456.961
5. Capital mínimo requerido		
Capital base (CB)	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	171.131	170.691
Capital de risco de subscrição	161.876	161.949
Capital de risco de crédito	10.045	9.559
Capital de risco operacional	1.850	1.886
Capital de risco de mercado	7.741	6.788
Correlação entre os riscos	(10.381)	(9.491)
Capital mínimo requerido (h)	171.131	170.691
Suficiência de capital (i = g - h)	347.794	286.270
Suficiência de capital (i / h)	203,20%	167,70%
Índice de solvência (j = g / h)	3,03	2,68

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa e bancos	4.156	45
Equivalentes de caixa	589	3.155
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.745	3.200

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos. Os títulos e valores mobiliários classificados como “mensurados a valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos				Total			
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo	30/06/2026	%	31/12/2025	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		57.549	128.398	17.598	(80)	203.465	203.453	203.465	12	203.465	24%	257.871	32%
Fundos de investimentos		57.549	128.398	17.598	(80)	203.465	203.453	203.465	12	203.465	100%	257.871	100%
Letras financeiras do tesouro – LFT	1	6.177	116.590	15.200	-	137.967	137.955	137.967	12	137.967	68%	170.205	66%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	389,00	11.808	2.398	-	14.595	14.595	14.595	-	14.595	7%	16.710	6%
Operações compromissadas (*)	2	50.983	-	-	-	50.983	50.983	50.983	-	50.983	25%	71.008	28%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	(80)	(80)	(80)	(80)	-	(80)	0%	(52)	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		497.215	157.844	-	-	655.059	669.753	655.059	(14.694)	655.059	76%	546.491	68%
Carteira administrada		497.215	157.844	-	-	655.059	669.753	655.059	(14.694)	655.059	100%	546.491	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	497.215	157.844	-	-	655.059	669.753	655.059	(14.694)	655.059	100%	546.491	100%
Total		554.764	286.242	17.598	(80)	858.524	873.206	858.524	(14.682)	858.524	100%	804.362	100%
Circulante										700.680		257.871	
Não circulante										157.844		546.491	

Houve aumento no circulante no montante de R\$ 497.215 referente à títulos de Notas do tesouro nacional - NTN-F em virtude de vencimentos até 1 ano.

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2026		31/12/2025	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	15,21%	12,06%	15,21%	12,06%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	14,98%	6,18%	12,16%	6,18%
Operações compromissadas (*)	14,15%	14,12%	14,90%	14,87%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	01/01/2026	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2026
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	257.871	313.707	(385.835)	-	17.722	203.465
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	546.491	100.418	(26.326)	12.112	22.364	655.059
Total	804.362	414.125	(412.161)	12.112	40.086	858.524

	01/01/2025	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	170.999	321.817	(281.232)	-	13.136	224.720
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	531.572	-	(45.766)	28.688	21.668	536.162
Total	702.571	321.817	(326.998)	28.688	34.804	760.882

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

Ramos	30/06/2026			31/12/2025		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Vida em grupo	81.307	(5.984)	75.323	87.413	(11.734)	75.679
Pessoas individual	41.779	(3.701)	38.078	20.854	(2.943)	17.911
Acidentes pessoais coletivo e individual	5.034	(1.129)	3.905	4.827	(1.304)	3.523
Demais ramos	4.390	(417)	3.973	2.717	(344)	2.373
Total	132.510	(11.231)	121.279	115.811	(16.325)	99.486

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3c ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	99.486	92.625
(+) Prêmios emitidos	551.790	566.731
(+) IOF	1.918	1.881
(-) Prêmios cancelados	(28.362)	(52.535)
(-) Recebimentos	(508.647)	(485.823)
(-/+) Constituição/Reversão da redução ao valor recuperável	5.094	(3.106)
Saldo final	121.279	119.773

c) Composição de prêmios a receber por prazo

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer até 30 dias	69.706	72.539
A vencer de 31 a 60 dias	11.595	5.751
A vencer de 61 a 120 dias	12.855	2.664
A vencer de 121 a 180 dias	9.420	1.922
A vencer de 181 a 365 dias	10.968	2.533
A vencer acima de 365 dias	486	660
Total a vencer	115.030	86.069
Vencidos até 30 dias	665	3.815
Vencidos de 31 a 60 dias	2.404	2.137
Vencidos de 61 a 120 dias	856	3.765
Vencidos de 121 a 180 dias	1.754	2.578
Vencidos de 181 a 365 dias	287	942
Vencidos acima de 365 dias	283	180
Total vencidos	6.249	13.417
Total	121.279	99.486

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios o prazo médio é de 25 (vinte e cinco) dias (22 em 31 de dezembro de 2025).

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	30/06/2026	31/12/2025
Sinistro a recuperar de cosseguro cedido	19.917	13.537
Outros	1	1
Total	19.918	13.538

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo

	30/06/2026	31/12/2025
Recuperação de sinistros	10.774	5.256
Total	10.774	5.256

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de sinistros a liquidar – PSL	4.935	6.117
Sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	3.717	4.164
Risco vigente não emitido – RVNE	418	424
Provisão de despesas relacionadas – PDR	404	420
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNeR	152	227
Provisão de prêmios não ganhos – PPNG	2.150	20
Total	11.776	11.372
Circulante	8.674	8.384
Não circulante	3.102	2.988

b) Passivo

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios cedidos em resseguro	17.057	9.724
Comissões a recuperar	(442)	(287)
Total	16.615	9.437

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

			30/06/2026
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 24b)	Resseguro cedido (**) (nota 24g)	Retenção
Pessoas	423.413	23.320	94,49%

			30/06/2025
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 24b)	Resseguro cedido (**) (nota 24g)	Retenção
Pessoas	418.394	20.014	95,22%

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ (302) (R\$ (209) em 30 de junho de 2025).

(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (5) (R\$ 373 em 30 de junho de 2025).

O nível de retenção da Seguradora reflete a estrutura de seus principais contratos de resseguro, na modalidade de excesso de danos, que naturalmente implicam em maior retenção de prêmios. A Seguradora considera esse modelo adequado para a natureza das carteiras de seguros de pessoas.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	30/06/2026	31/12/2025
Vida em grupo	16.366	16.577
Acidentes pessoais coletivos	1.268	875
Pessoas individual	12	12
Total	17.646	17.464
Circulante	11.586	9.835
Não circulante	6.060	7.629

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	17.464	9.419
Constituições	48.216	51.337
Reversões	(48.034)	(51.564)
Saldo final	17.646	9.192

O prazo médio de diferimento é de 21 (vinte e um) meses (25 meses em 31 de dezembro de 2025).

11. IMOBILIZADO

30/06/2026										
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Custo de aquisição		Depreciação acumulada		
						Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamentos	20%	5.328	(5.328)	-	-	-	-	-	-	-
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.621	(2.621)	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	20%	875	(127)	748	835	-	-	(87)	-	748
Total		8.824	(8.076)	748	835	-	-	(87)	-	748

30/06/2025										
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Custo de aquisição		Depreciação acumulada		
						Adições	Baixas	Depreciação	Baixas	Saldo final
Imóveis	2%	4.531	(1.688)	2.843	2.876	-	-	(33)	-	2.843
Equipamentos	20%	5.328	(5.328)	-	-	-	-	-	-	-
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.621	(2.621)	-	-	-	-	-	-	-
Total		12.480	(9.637)	2.843	2.876	-	-	(33)	-	2.843

12. INTANGÍVEL

30/06/2026							
Desenvolvimentos internos	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Desenvolvimento de sistemas	20%	163.380	(132.938)	30.442	34.452	1.016	34.442
		163.380	(132.938)	30.442	34.452	1.016	34.442

30/06/2025							
Desenvolvimentos internos	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor residual	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Desenvolvimento de sistemas	20%	156.024	(121.141)	34.883	36.535	3.549	34.883
		156.024	(121.141)	34.883	36.535	3.549	34.883

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2026	31/12/2025
Participação nos lucros	4.423	8.286
Fornecedores	3.756	8.273
Compartilhamento de despesas	2.401	4.756
Dividendos a pagar	-	14.158
Outras contas a pagar	660	436
Total	11.240	35.909

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	9.321	13.288
Antecipação de imposto de renda	(7.300)	(12.174)
Contribuição social sobre o lucro líquido	5.591	8.543
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(4.377)	(7.411)
COFINS	882	828
PIS	143	135
Total	4.260	3.209

15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	30/06/2026	31/12/2025
Vida em grupo	9.841	10.158
Acidentes pessoais coletivos	841	764
Pessoas individual	22	22
Total comissões emitidas	10.704	10.944
Comissões a pagar	5.904	5.878
Total	16.608	16.822

16. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

São compostos por valores de comissão de agenciamento, estipulante e pró-labore a pagar conforme demonstrado por ramos abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Vida em grupo	17.043	16.967
Acidentes pessoais coletivos	546	931
Total	17.589	17.898

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações com seguradoras.

	30/06/2026	31/12/2025
De 0 a 30 dias	5.360	6.109
De 31 a 60 dias	3.021	627
De 61 a 90 dias	1.972	-

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

Acima de 90 dias

Total

360

10.713

-

7.056

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

30/06/2026

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Total
Saldo inicial	54.327	190.641	124.322	7.908	12.603	48.487	438.288
Constituições	423.111	-	-	-	-	33.621	456.732
Diferimento pelo risco decorrido	(396.145)	-	-	-	-	-	(396.145)
Aviso e ajustes de sinistros	-	196.795	-	-	3.524	-	200.319
Pagamentos	-	(195.987)	-	-	(2.272)	(597)	(198.856)
Atualizações monetárias	-	2.688	-	-	233	-	2.921
Reversões	-	(24)	(12.700)	(2.467)	(1.848)	-	(17.039)
Saldo final	81.293	194.113	111.622	5.441	12.240	81.511	486.220

30/06/2025

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de Excedente técnico - PET	Total
Saldo inicial	50.679	231.811	121.674	11.170	9.050	14.209	438.593
Constituições	418.185	-	3.279	-	844	15.433	437.741
Diferimento pelo risco decorrido	(392.527)	-	-	-	-	-	(392.527)
Aviso e ajustes de sinistros	-	202.664	-	-	1.709	-	204.373
Pagamentos	-	(212.812)	-	-	(1.858)	(1.667)	(216.337)
Atualizações monetárias	-	3.890	-	-	-	-	3.890
Reversões	-	-	-	(5.090)	-	-	(5.090)
Saldo final	76.337	225.553	124.953	6.080	9.745	27.975	470.643

30/06/2026

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	444	6.117	4.164	227	420	11.372
Constituições	21.870	-	-	-	-	21.870
Diferimento pelo risco decorrido	(19.746)	-	-	-	-	(19.746)
Aviso e ajuste de sinistros	-	16.365	-	-	16	16.381
Sinistros pagos a recuperar	-	(17.612)	-	-	(35)	(17.647)
Atualização monetária e juros	-	61	-	-	3	64
Reversões	-	-	(447)	(75)	-	(522)
Redução ao valor recuperável	-	4	-	-	-	4
Saldo final	2.568	4.935	3.717	152	404	11.776

30/06/2025

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo inicial	249	7.251	3.171	198	243	11.112
Constituições	20.388	-	888	(40)	-	21.236
Diferimento pelo risco decorrido	(18.156)	-	-	-	-	(18.156)
Aviso e ajuste de sinistros	-	14.126	-	-	111	14.237
Sinistros pagos a recuperar	-	(14.710)	-	-	(14)	(14.724)
Redução ao valor recuperável	-	(3)	-	-	-	(3)
Saldo final	2.481	6.664	4.059	158	340	13.702

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 150.168 (R\$ 170.810 em 30 de junho de 2025) e valores de retrocessão destacados nas constituições.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 1.887 (R\$ 1.969 em 30 de junho de 2025).

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado nesse mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como esse montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora.

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido.

Bruto de resseguro	Ano do aviso do sinistro										Total
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Montante estimado para os sinistros (*)											
No ano do aviso	1.448.237	451.421	512.707	578.114	781.120	551.976	517.718	523.873	443.276	208.314	208.314
Um ano após o aviso	1.460.647	441.791	508.008	566.413	777.484	551.702	511.699	509.910	435.637		435.637
Dois anos após o aviso	1.393.044	444.651	509.208	564.997	780.248	552.052	511.159	511.459			511.459
Três anos após o aviso	1.346.438	442.926	508.130	559.051	778.373	548.855	511.609				511.609
Quatro anos após o aviso	1.344.543	445.743	499.289	551.130	773.275	548.019					548.019
Cinco anos após o aviso	1.350.235	442.225	494.389	543.591	774.401						774.401
Seis anos após o aviso	1.346.519	439.574	489.918	543.232							543.232
Sete anos após o aviso	1.338.567	437.437	489.487								489.487
Oito anos após o aviso	1.331.740	436.992									436.992
Nove anos ou mais após o aviso	1.329.494										1.329.494
Estimativa de sinistros incorridos em 30 de junho de 2026	1.329.494	436.992	489.487	543.232	774.401	548.019	511.609	511.459	435.637	208.314	5.788.644
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2026	1.294.748	429.911	476.293	532.814	759.594	533.691	493.504	493.872	414.683	165.454	5.594.564
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	34.746	7.081	13.194	10.418	14.807	14.328	18.105	17.587	20.954	42.860	194.080
Provisão agregada de sinistros (**)											129.303
Retrocessão											33
Passivo reconhecido no balanço patrimonial											323.416

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro										Total
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
No ano do aviso	1.033.935	354.684	396.513	469.686	703.296	485.571	459.148	457.490	389.107	165.454	165.454
Um ano após o aviso	1.128.857	410.250	456.665	517.211	748.737	528.505	490.555	493.011	414.683		414.683
Dois anos após o aviso	1.183.181	416.681	462.811	524.081	754.023	531.733	492.820	493.872			493.872
Três anos após o aviso	1.215.198	420.839	467.865	527.634	756.954	533.313	493.504				493.504
Quatro anos após o aviso	1.246.307	423.970	472.178	530.080	759.101	533.691					533.691
Cinco anos após o aviso	1.264.049	427.194	474.806	532.587	759.594						759.594
Seis anos após o aviso	1.279.944	428.507	476.260	532.814							532.814
Sete anos após o aviso	1.287.780	429.503	476.293								476.293
Oito anos após o aviso	1.292.875	429.911									429.911
Nove anos ou mais após o aviso	1.294.748										1.294.748
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2026	1.294.748	429.911	476.293	532.814	759.594	533.691	493.504	493.872	414.683	165.454	5.594.564

Líquido de resseguro	Ano do aviso do sinistro										Total
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Montante estimado para os sinistros (*)											
No ano do aviso	1.413.499	445.895	504.715	569.875	768.542	531.135	494.831	500.704	417.525	190.292	190.292
Um ano após o aviso	1.426.641	436.217	498.745	558.680	758.383	530.448	489.092	488.990	411.518		411.518
Dois anos após o aviso	1.357.101	438.958	499.943	555.501	761.064	530.910	488.905	490.416			490.416
Três anos após o aviso	1.309.806	437.258	498.664	549.563	759.094	527.925	489.427				489.427

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Quatro anos após o aviso	1.307.780	440.068	489.821	541.678	754.031	527.125						527.125
Cinco anos após o aviso	1.312.991	436.639	484.859	534.124	755.156							755.156
Seis anos após o aviso	1.309.297	433.952	480.408	533.767								533.767
Sete anos após o aviso	1.301.168	431.812	479.970									479.970
Oito anos após o aviso	1.294.383	431.365										431.365
Nove anos ou mais após o aviso	1.292.124											1.292.124
Estimativa de sinistros incorridos em 30 de junho de 2026	1.292.124	431.365	479.970	533.767	755.156	527.125	489.427	490.416	411.518	190.292	5.601.160	
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2026	1.257.623	424.315	466.879	523.355	740.369	513.059	471.475	473.676	390.861	150.419	5.412.031	
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	34.501	7.050	13.091	10.412	14.787	14.066	17.952	16.740	20.657	39.873	189.129	
Provisão agregada de sinistros (**)											125.030	
Retrocessão e RVR de resseguro											49	
Passivo reconhecido no balanço patrimonial											314.208	

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro										
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
No ano do aviso	1.004.995	349.710	389.636	463.182	691.344	466.515	439.809	439.750	367.841	150.419	150.419
Um ano após o aviso	1.097.368	404.837	447.498	509.572	729.936	507.954	468.640	472.815	390.861		390.861
Dois anos após o aviso	1.148.002	411.267	453.642	515.201	734.964	511.164	470.795	473.676			473.676
Três anos após o aviso	1.179.696	415.243	458.516	518.224	737.809	512.697	471.475				471.475
Quatro anos após o aviso	1.210.770	418.374	462.829	520.661	739.876	513.059					513.059
Cinco anos após o aviso	1.227.274	421.598	465.392	523.127	740.369						740.369
Seis anos após o aviso	1.242.837	422.912	466.846	523.355							523.355
Sete anos após o aviso	1.250.665	423.908	466.879								466.879
Oito anos após o aviso	1.255.751	424.315									424.315
Nove anos ou mais após o aviso	1.257.623										1.257.623
Pagamentos efetuados até 30 de junho de 2026	1.257.623	424.315	466.879	523.355	740.369	513.059	471.475	473.676	390.861	150.419	5.412.031

(*) Inclui atualização monetária.

(**) Refere-se ao montante das provisões de IBNR, IBNeR, e PDR o qual não é possível segregar por sinistros.

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas	486.220	438.288
Direitos creditórios	(53.144)	(34.357)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(9.208)	(10.928)
Total a ser coberto	423.868	393.003
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	203.465	257.871
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	655.059	546.491
Total de ativos garantidores	858.524	804.362
Suficiência	434.656	411.359

21. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

30/06/2026					31/12/2025			
Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro		Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
Provável	468	65.107	41.150	317	517	63.598	38.774	287
Possível	2.526	377.635	107.658	1.539	2.565	377.073	105.737	1.182
Remota	87	20.864	1.360	31	163	20.081	2.648	83
Total	3.081	463.606	150.168	1.887	3.245	460.752	147.159	1.552

O prazo médio para pagamento de sinistros judiciais é de 60 (sessenta) meses.

b) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	5.654	6.579
Montante de valores provisionados de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	33.477	26.002
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	9.574	23.097
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	758	1.490

22. PROVISÕES JUDICIAIS**a) Composição**

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhistas	1.946	1.034	59	43
Cíveis	9.651	6.701	777	909
Fiscais	-	-	-	2.702
PIS/COFINS	-	-	-	2.702
Outros	-	-	5	12
Total	11.597	7.735	841	3.666

(*) Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 1.437 (R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2025).

b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
Trabalhistas	6	1.989	1.946	3	1.034	1.034
Provável	2	1.946	1.946	3	1.034	1.034
Remota	4	43	-	-	-	-
Cíveis	953	27.578	9.651	1.005	26.670	6.701
Provável	331	9.651	9.651	325	6.701	6.701
Possível	542	15.349	-	592	17.296	-
Remota	80	2.578	-	88	2.673	-
Fiscais	2	22.002	-	3	22.794	-
Possível	2	22.002	-	3	22.794	-
Total	961	51.569	11.597	1.011	50.498	7.735

c) Movimentação

	30/06/2026			30/06/2025		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	1.034	6.701	7.735	2.186	11.823	14.009
Constituições/Reversões	799	3.293	4.092	(1.084)	33	(1.051)
Pagamentos	-	(570)	(570)	-	(382)	(382)
Atualização monetária	113	227	340	66	632	698
Saldo final	1.946	9.651	11.597	1.168	12.106	13.274

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas com estimativas de até 5 (cinco) anos para desembolsos.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

O critério de atualização das provisões judiciais foi alterado para enquadramento do disposto na Lei nº 14.905/2024, bem como alinhado à entendimentos jurisprudenciais, entendendo como melhor enquadramento para todas as ações judiciais em andamento, o indexador IPCA para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora. A aplicabilidade ocorreu para as ações judiciais em estoque, originadas antes ou depois da entrada em vigor da referida Lei.

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços por meio de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda dessas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos com a data-base de 30 de junho de 2026. A Seguradora não possui registro contábil de contingência em 30 de junho de 2026 uma vez que suas ações judiciais são avaliadas com o risco possível, conforme demonstra-se na sequência.

PIS/COFINS - Discute judicialmente a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. No âmbito do STJ, aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Seguradora em face da decisão que negou provimento ao Recurso Especial. No âmbito do STF, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário. Em razão da admissibilidade do Recurso Extraordinário foi apresentado pela Seguradora pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário, o qual foi deferido em 27 de abril de 2021. Posteriormente, em 05 de junho de 2024, o novo relator designado para o processo, cassou o efeito suspensivo anteriormente concedido. A Seguradora interpôs Agravo Interno em face da decisão de reconsideração e, em 27 de junho de 2024, sobreveio nova decisão que concedeu o efeito suspensivo, pleiteado no agravo, portanto, atualmente, a Seguradora conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Tendo em vista que o tema ainda pende de decisão final no âmbito do STF, e tendo em vista que em oportunidade anterior a referida corte se manifestou de forma contrária a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas, os assessores legais da Seguradora seguem com a avaliação da probabilidade de perda como possível.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Depósito		Valor do risco	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
(1)	PIS/COFINS			-	-	22.002	20.092

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

(1.1)	COFINS Receita financeira Lei nº 12.973/2014	01/2016 a 06/2025	POSSÍVEL	-	-	18.927	17.283
(1.2)	PIS Receita financeira Lei nº 12.973/2014	01/2016 a 06/2025	POSSÍVEL	-	-	3.075	2.809
(2)	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	POSSÍVEL	-	2.702	-	2.702
Total risco possível				-	2.702	22.002	22.794

Nota (1) PIS/COFINS s/ Juros para adicional de fracionamento - Discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança/juros na esfera administrativa. A decisão de 1ª instância foi improcedente e aguarda-se decisão de 2ª instância.

Nota (2) PIS/COFINS Multa – Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão em primeira e segunda instâncias favoráveis a Seguradora. Trânsito em julgado, com o levantamento dos depósitos judiciais em favor da Seguradora.

Lei nº 14.973 de 16 de setembro de 2024 - Em 16 de setembro de 2024 foi publicada a Lei n.º 14.973 de 16 de setembro de 2024, que, dentre outras medidas, passou a prever novo critério de atualização dos depósitos referentes a processos administrativos ou judiciais de interesse da União Federal, inclusive os relativos a tributos e contribuições federais.

Em síntese, a referida norma legal:

a) em seu art. 49, inciso IV, revogou a Lei n.º 9.703/1998, que estabelecia que os depósitos, judiciais e extrajudiciais, deveriam ser devolvidos aos contribuintes acrescidos de juros correspondentes à Taxa Selic;

b) em seu art. 37, inciso II, determinou que esses montantes devem ser devolvidos “*acrescidos de correção monetária por índice oficial que reflita a inflação*”, qual seja, o IPCA, índice oficial adotado pelo Governo Federal.

O artigo 38 dispõe que um ato do Ministério da Fazenda disporá sobre as questões relacionadas à execução da mudança legal relativa aos depósitos judiciais.

Já o artigo 40 da referida lei, dispõe que até a edição do ato de que trata o art. 38 desta Lei, permanecem em vigor as regulamentações editadas para tratar de depósitos judiciais realizados no interesse da União, de seus fundos, autarquias e fundações e de empresas estatais federais dependentes.

Em 07 de julho de 2025 foi publicada a Portaria MF nº 1.430/2025 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei nº 14.973/2024, dispondo expressamente sobre a alteração do critério de atualização dos depósitos judiciais e administrativos federais.

A referida Portaria estabelece que, depósitos que envolvam discussões tributárias federais, realizados a partir de 1º de janeiro de 2026, passam a ser indexados exclusivamente pelo IPCA, em conformidade com o novo tratamento legal previsto pela Lei.

Para os depósitos tributários federais realizados anteriores a 1º de janeiro de 2026, será mantida a atualização pela SELIC.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 505.166 (R\$ 505.166 em 30 de junho de 2026), e está representado por 55.471.444 ações ordinárias, sem valor nominal (55.471.444 ações em 31 de dezembro de 2025).

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social.

c) Reserva de investimentos

Criada com o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. É constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

d) Ajuste de títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

e) Dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social da Seguradora, os dividendos mínimos obrigatórios foram aprovados e pagos no montante de R\$ 14.158 ao acionista referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Vida em grupo	294.517	310.037	57,64%	64,27%	22,37%	21,01%
Pessoas individual	39.783	39.629	20,73%	18,68%	0,04%	(0,16%)
Demais ramos	28.224	27.428	36,11%	24,18%	18,41%	25,57%
Total	362.524	377.094	51,92%	56,56%	19,61%	19,11%

	30/06/2026	30/06/2025
b) Prêmios emitidos	423.111	418.185
Prêmios diretos e aceitos	523.428	514.196
Prêmios emitidos	551.790	566.731
Prêmios cancelados	(28.362)	(52.535)
Prêmios de cosseguros cedidos	(100.317)	(96.011)
c) Variação das provisões técnicas	(60.587)	(41.091)
Provisão de excedente técnico – PET	(33.621)	(15.433)
Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	(26.966)	(25.658)
d) Sinistros ocorridos	(188.207)	(213.296)
Sinistros	(196.795)	(202.664)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(1.676)	(2.553)

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

Serviços de assistência	(2.823)	(3.479)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	12.700	(3.279)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	2.467	5.090
Ressarcimentos	40	543
Outras despesas com sinistros	(2.120)	(6.954)
e) Custo de aquisição	(71.094)	(72.076)
Comissões	(48.216)	(51.337)
Comissão de estipulantes	(32.259)	(28.818)
Recuperação de comissões	9.199	8.306
Variação dos custos de aquisição diferidos	182	(227)
f) Outras receitas e despesas operacionais	(8.127)	(6.424)
Apólices e contratos	(2.396)	(2.653)
Redução ao valor recuperável	2.635	(1.462)
Despesas com cobrança	(1.502)	(1.686)
Endomarketing	(872)	(987)
Despesas com títulos de capitalização	(1.001)	(952)
Contingências cíveis	(3.520)	(75)
Outras despesas e receitas	(1.471)	1.391
g) Resultado com operações de resseguro	(5.328)	(1.448)
Receitas com resseguro	15.859	16.696
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	16.365	14.126
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(447)	888
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(75)	(40)
Provisão de despesas relacionadas – PDR	16	111
Receita com participação	-	1.611
Despesas com resseguro	(21.187)	(18.144)
Prêmio de resseguro	(21.870)	(20.387)
Prêmio de resseguro - reintegração	(1.445)	-
Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	2.124	2.232
Outros resultados com resseguro	4	11
h) Despesas administrativas	(62.181)	(61.299)
Pessoal próprio	(28.205)	(31.384)
Serviços de terceiros	(18.623)	(17.628)
Compartilhamento de despesas (*)	(5.294)	(3.854)
Depreciações e amortizações	(5.114)	(5.234)
Localização e funcionamento	(1.883)	(2.157)
Publicidade e propaganda	(2.880)	(1.042)
Outras despesas administrativas	(182)	-
(*) Refere-se a compartilhamento de despesas e receitas do GRUPO Mapfre.		
i) Despesas com tributos	(9.358)	(9.993)
COFINS	(6.628)	(7.354)
COFINS - Crédito tributário	(464)	(274)
PIS	(1.082)	(1.207)
PIS - Crédito tributário	(146)	(49)
Taxa de fiscalização	(882)	(882)
Outras despesas com tributos	(156)	(227)
j) Resultado financeiro	37.938	35.374
Receitas financeiras	41.931	40.698
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	17.722	13.136
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.364	21.668
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	68	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	176	171
Atualização monetária dos créditos tributários	321	17
Rendimento com equivalentes de caixa	56	64

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2026
(Em milhares de Reais)

Outras receitas financeiras	1.224	5.642
Despesas financeiras	(3.993)	(5.324)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(2.925)	(3.890)
Taxa de administração	(443)	(551)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(340)	(698)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(32)	(71)
Despesas financeiras de juros	(253)	(114)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	54.197	54.197	44.763	44.763
Adições e exclusões permanentes	132	(234)	(13.651)	(13.651)
Adições e exclusões temporárias	(721)	(721)	(5.039)	(5.039)
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	53.608	53.242	26.073	26.073
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	(16.082)	(15.973)	(7.822)	(7.822)
Resultado fiscal do período	37.526	37.269	18.251	18.251
Tributos calculados pela alíquota nominal	(9.369)	(5.590)	(4.551)	(2.737)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(4.201)	(2.504)	(3.215)	(1.929)
Incentivos fiscais	48	0	109	-
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(217)	(130)	(3.784)	(2.275)
Tributos sobre o lucro (prejuízo) do período	(13.739)	(8.224)	(11.441)	(6.941)
Alíquota efetiva	25,35%	15,17%	25,56%	15,51%

b) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos e tributos a recuperar

Ativo	01/01/2026	Constituições	Reversões	30/06/2026
Tributos a compensar	2.321	589	(90)	2.820
PIS COFINS s/ PSL/IBNR (*)	6.200	986	(1.391)	5.795
Tributos retidos na fonte	96	232	-	328
Total circulante	8.617	1.807	(1.481)	8.943
Ativo não circulante				
Contingências tributárias	(741)	-	741	-
Contingências cíveis	2.680	(1.369)	2.549	3.860
Provisão para riscos de crédito	5.179	(57.278)	56.224	4.125
Provisão para participação nos lucros	3.314	(12.804)	11.259	1.769
Contingências trabalhistas	414	(94)	458	778
PIS COFINS s/ PSL/IBNR	8.469	224	(430)	8.263
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL (**)	147.067	33	(6.433)	140.667
Ajustes de títulos a valor justo TVM	10.723	579	(5.424)	5.878
Outras provisões	13.807	(12)	25	13.820
Total ativo não circulante	190.912	(70.721)	58.969	179.160

Ativo	01/01/2025	Constituições	Reversões	30/06/2025
Tributos a compensar	1.305	38	(899)	444
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR (*)	6.893	342	(574)	6.661
Tributos retidos na fonte	97	21	(11)	107
Total circulante	8.295	401	(1.484)	7.212
Ativo não circulante				
Contingências tributárias	(600)	-	(104)	(704)

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Contingências cíveis	4.729	2.274	(2.161)	4.842
Provisão para riscos de crédito	3.742	35.379	(35.029)	4.092
Provisão para participação nos lucros	3.462	16.847	(18.673)	1.636
Contingências trabalhistas	874	33	(440)	467
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR (*)	9.646	654	(746)	9.554
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL (**)	158.399	-	(4.773)	153.626
Ajustes de títulos a valor justo TVM	27.682	-	(11.475)	16.207
Outras provisões	13.812	66	(73)	13.805
Total ativo não circulante	221.746	55.253	(73.474)	203.525

(*) A Lei Complementar nº 214 de 2025 de 16 de janeiro de 2025, estabeleceu a extinção do PIS/COFINS a partir de 1º de janeiro de 2027 e sua substituição pela CBS. Em relação aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre PSL/IBNR por diferença temporal, a Seguradora tem a expectativa de que seu consumo ocorra ao longo de 2026, bem como que sejam publicadas regulamentações que tratem da regra de transição para eventuais casos de saldos remanescentes.

(**) As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização desses créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Ano	%
2026	3,34%
2027	7,99%
2028	8,78%
2029	10,21%
Anos subsequentes - até 2034	69,69%
Total	100,00%

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 2 (R\$ 163 em 30 de junho de 2025).

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO Mapfre, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Empresa		30/06/2026				31/12/2025				30/06/2025	
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa		
Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (5)	Coligada	33.020	7.989	40.654	(52.504)	29.349	11.171	43.009	(51.761)		
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	Coligada	34	-	172	(4)	39	2	125	(10)		
Mapfre Brasil Participações S.A. (1)/(5)	Acionista indireta	45	661	5.174	(5.655)	97	798	7.183	(5.963)		
Mapfre Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	Coligada	435	258	1.934	(3.787)	1.055	1.017	2.397	(4.150)		
Mapfre Investimentos Ltda. (1)/(7)	Coligada	27	116	301	(831)	40	111	313	(857)		
Mapfre Participações S.A. (5)/(8)	Acionista direta	-	-	-	-	-	14.158	-	-		
Mapfre Previdência S.A. (1)/(6)	Coligada	51	73	1.831	(2.117)	173	184	1.876	(2.253)		
Mapfre RE Companhia de Reaseguros S.A. (4)	Coligada	4.038	1.699	3.704	(4.972)	2.794	1.423	4.423	(4.131)		
Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	Coligada	8.221	6.156	9.265	(9.501)	5.197	2.900	5.689	(7.487)		
Mapfre Seguros Gerais S.A. (1)/(5)	Coligada	2.478	1.228	63.510	(56.811)	2.422	2.966	53.675	(52.365)		
MAWDY Ltda. (1)/(2)/(5)	Coligada	46	-	807	(83)	70	-	487	(420)		
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	Coligada	12	2	78	(33)	16	-	66	(16)		
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	Coligada	21	39	362	(472)	33	42	256	(437)		
Total		48.428	18.221	127.792	(136.770)	41.285	34.772	119.499	(129.850)		

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) localização; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais esses definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre.

2) Refere-se a serviços de assistência 24h.

3) Refere-se à compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas.

5) Refere-se seguro de vida da Seguradora.

6) Seguro de vida dos Administradores e Colaboradores.

7) Despesa com taxa de administração de investimentos.

8) Refere-se à distribuição de dividendos.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, a remuneração da Administração, compreendendo honorários, benefícios, bônus, participação nos lucros e incentivos a médio prazo. Os valores à remuneração da Administração são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Mapfre Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Seguradora.

b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Mapfre S.A. (ES).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Provisão Complementar de Cobertura – PCC terá seu valor calculado com a nova versão da tábua biométrica BR-EMS-v 2026 por ser adotada no Teste de Adequação de Passivos (TAP) a partir de dezembro de 2026, considerando que a vigência das tábuas BR-EMS-v.2021 se encerrou em 30 de junho de 2026.

Mapfre Vida S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

* * *

Diretoria

Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Diretor Presidente
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux – Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade
Ana Paula Berniz Pin Modesto – Diretora Executiva de Recursos Humanos
André Conde Caselli – Diretor Executivo de Tecnologia
Luiz Fernando Padial de Camargo – Diretor Executivo Técnica
Simone Pereira Negrão – Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral Brasil

Contador

Márcio Vincenzi Jager
CRC 1SP 258226/O-1

Atuária

Vera Lúcia Fernandes Lopes
MIBA 817

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário permanente de assessoramento do Conselho de Administração. Atua de forma independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Independente e Interna.

É constituído atualmente por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

A atuação do Comitê alcança as seguintes Empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A.

Os Administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar, aprovar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades relativamente às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, supervisionados pelo Comitê de Auditoria, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos atos de gestão e dos controles internos, procedimentos e Políticas.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria independente das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Sua atuação deve obedecer às normas concernentes às atividades dos auditores independentes emanadas das autoridades brasileiras e, conforme o caso, estrangeiras.

Principais Atividades

O Comitê reúne-se bimestralmente ou quando necessário for e faz diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, Gestores de Riscos e de Controles Internos e Auditorias Interna e Externa. O conteúdo das reuniões está registrado em atas, o que resumidamente detalha o cumprimento dos deveres do Comitê de Auditoria.

Nas reuniões de trabalho com Administradores, executivos e técnicos das diversas áreas das Empresas supervisionadas, o Comitê abordou neste semestre, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras, o Sistema de Controles Internos, Riscos e Conformidade, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e de riscos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Plano de Negócios, Políticas Corporativas, Relatórios de Ouvidoria, Sustentabilidade. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos à gestão das Empresas objeto dos trabalhos.

A partir da interação com as equipes das Auditorias Interna e Independente, verificou e debateu os planejamentos, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos executados por ambas as equipes de auditoria e examinou as conclusões e recomendações.

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Consideradas as informações recebidas das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê não constatou a existência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram avaliadas pelo Comitê de Auditoria que discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos de modo a formar a sua própria opinião sobre tais Demonstrações Financeiras.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a)** A Auditoria Interna atua de forma efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade compatível com os serviços prestados;
- b)** As atividades da Auditoria Externa e suas conclusões também são base para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras em relação às quais não foram identificadas ocorrências materiais e não se verifica comprometimento à independência dos trabalhos desenvolvidos; e
- c)** As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram aprovadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 30 de junho de 2026 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Adilson José Cardoso Pereira

Membro Titular

Heloísa Belotti Bedicks

Coordenadora e

Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue

Membro Titular

Rosana Passos de Padua

Membro Titular